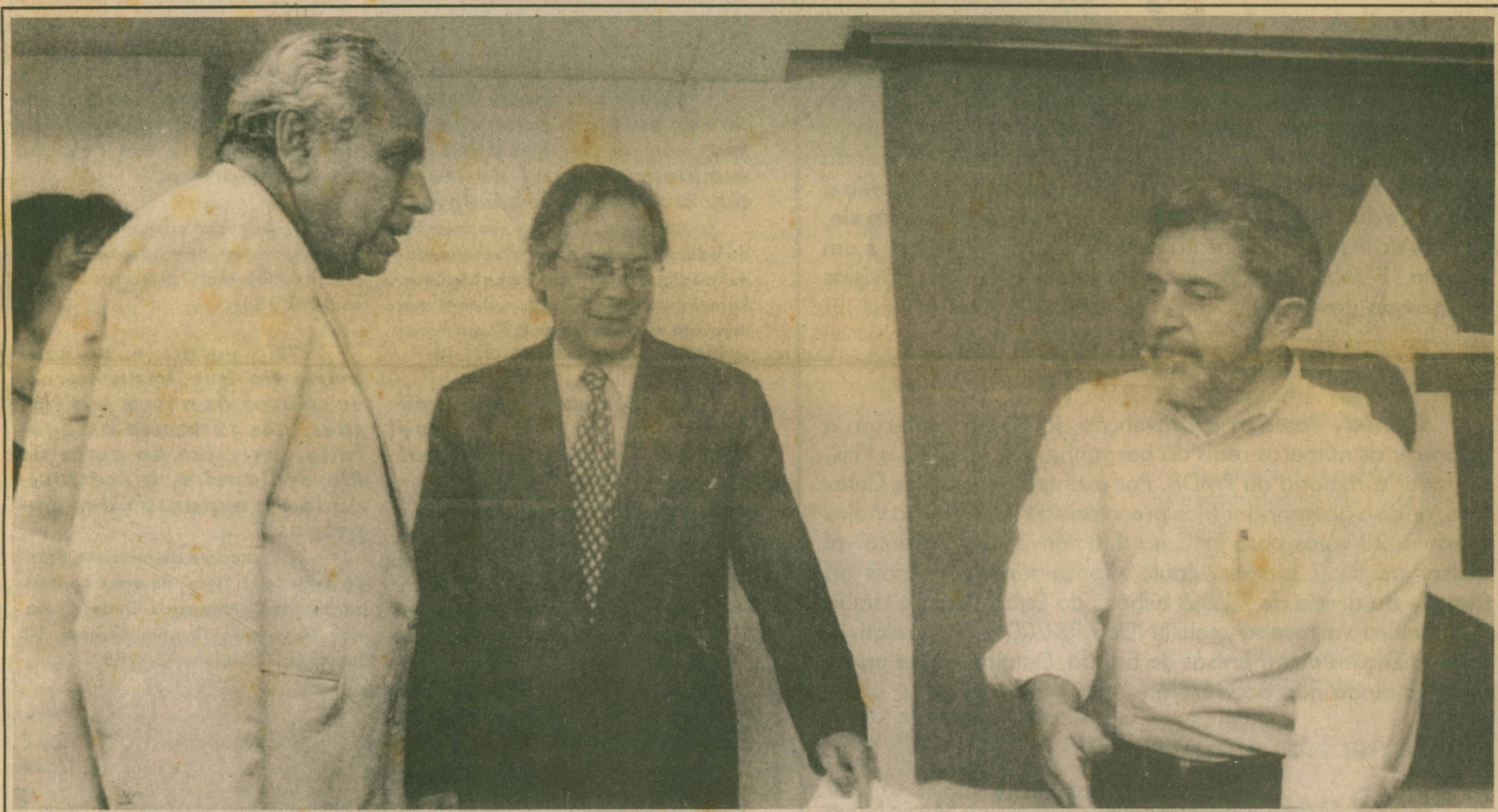
Ano III nº 51
18/3/98 a 31/3/98
Contribuição R$ 1,00

Opinião SOCIALISTA

ASSIM NÃO DÁ PARA DERROTAR FHC

É DEMAIS!

Sérgio Andrade

Lula e José Dirceu recebem Antonio Ermírio de Morais em seminário organizado pelo PT

Direção do PT volta à carga para formar um bloco eleitoral de centro-esquerda. Vale tudo: Itamar, Quércia e programa com Antonio Ermírio. Para derrotar FHC e o projeto neoliberal, direção petista precisa romper com a burguesia. É necessário construir aliança dos trabalhadores e excluídos da cidade e do campo. ***Páginas 3, 6 e 7***

31 de março é dia de luta e paralisações

CUT convoca manifestações contra Reforma da Previdência para 31 de março e 1º de abril. Não vamos deixar FHC e os 346 Nayas acabarem com a aposentadoria.

Páginas 3 e 5

Necino Filho

C U R T A S

Reforma. Parece brincadeira mas não é. Um dos primeiros efeitos da Reforma Administrativa aprovada recentemente no Senado é um reajuste salarial que pode chegar até 59% para as cúpulas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Acontece que pela Reforma aprovada o teto salarial passou a ser de R$ 12.720. Conclusão: reajuste para ir todo mundo para o teto (leia-se juizes, deputados, senadores e ministros). Enquanto isso, a grande massa dos servidores públicos, que acabaram de ter a estabilidade no emprego quebrada, vão continuar com os salários congelados.

◆

Torturador. FHC resolveu manter no cargo de subdiretor de Saúde do Exército o general Ricardo Fayad, apesar das denúncias de que Fayad era parte da equipe de torturadores durante o regime militar. Fayad é médico, foi acusado de autorizar, entre outras coisas, choques elétricos em uma grávida. Detalhe: por causa desse tipo de "medicina" Fayad teve o seu registro de médico cassado em 1994 pelos conselhos Regional e Federal de Medicina. Será que sobra alguma coisa do passado de FHC?

◆

Disparate. É assim que pode ser encarada a possibilidade do deputado federal Jair Bolsonaro (PPB-RJ) vir a ser o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Bolsonaro é capitão do Exército, defensor da pena de morte, das torturas sob o regime militar e apoiou o massacre de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás. Para ele, os PMs do Pará é que foram as "vítimas". Em resumo, é um fascista. É mais uma provocação intolerável sob as vistas grossas do governo FHC.

◆

Conta. Passada a convenção do PMDB começam a aparecer os números reais da barganha que permitiu a FHC comprar a maioria do PMDB. Por exemplo, em Santa Catarina, onde o governador (dos precatórios) Paulo Afonso Vieira garantiu 28 votos para FHC na dita convenção, a conta vai passar de R$ 2 bilhões. Paulo Afonso renegocia mais da metade da dívida de R$ 3,6 bilhões do Estado com a União e de quebra, vai receber, pelo BNDES, R$ 200 milhões relativos à privatizações de empresas do Estado. Detalhe: essas privatizações ainda não ocorreram.

◆

Naya. O deputado-empreiteiro-assassino Sérgio Naya está tentando safar-se da sua complicada situação. Não duvide caro leitor, no Brasil isso é possível. Naya está preparando defesa contra o seu pedido de cassação e até contra a sua expulsão do PPB. Mas a cada dia que passa surgem novas denúncias contra o deputado. Só na Justiça do Trabalho de Brasília há 800 processos contra a Sersan, construtora de Naya. Uma perguntinha não quer calar: por que precisou cair um prédio e oito pessoas morrerem para aparecer em público esse prontuário?

◆

Mutuários. Enquanto o governo gasta fortunas com prioridades como comprar a convenção do PMDB, os mutuários da casa própria são tratados a ferro e fogo. A direção da Caixa Econômica Federal anunciou que vai colocar os mutuários inadimplentes na lista do Serviço de Proteção ao Crédito. Há 400 mil inadimplentes no país. Por que? É simples, o reajuste da casa própria é acima de qualquer reajuste salarial ou reposição do poder aquisitivo dos trabalhadores. Somente em fevereiro passado houve um reajuste geral de 13%.

O QUE SE VIU

Reuters

Exibindo fotos e cartazes de mortos e desaparecidos sob a ditadura militar, parlamentares chilenos protestam durante a posse do general Pinochet no Senado do Chile. Houve também inúmeros e violentos protestos de rua contra o general-assassino que governou o país entre 1973-1990.

O QUE SE DISSE

"Queremos neste instante nos alistar no exército de seus amigos prontos para assumirmos o papel de resistência aos ataques inimigos."

Márcio Reinaldo Moreira, deputado federal do PPB, expõe sua "solidariedade" a Sergio Naya. Assassinos e corruptos formam um exército e tanto, desses que aprovam as reformas de FHC nas horas vagas. Na revista *Isto É*, em 11/3/98.

"Se for convidado, vou pensar em subir. Desde que seja um programa nacional para que o Brasil possa crescer, não vejo nada demais."

Antonio Ermírio de Moraes, respondendo sobre se participaria do palanque de Lula. Quanto ao programa, se depender da direção majoritária do PT, isto não será problema. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 10/3/98.

"Não vejo diferença entre o discurso da CUT e o de Antonio Ermírio em relação ao desemprego."

Lula, ao justificar um eventual apoio do principal capitalista do país. Como se vê, se depender da direção petista... No jornal *O Estado de S.Paulo*, em 12/3/98.

"Na verdade, ao contrário do que imaginavam os críticos às novas legislações, nós já temos assegurado, inclusive no porto do Rio de Janeiro, a continuidade e a expansão dos empregos."

FHC durante discurso em Brasília defendeu a "tese" de que as privatizações geram empregos. Onde? Quando? Quantos? Quanto cinismo. No jornal *O Globo*, em 12/3/98.

P S T U

◆**Nacional:** Tel (011) 549-9699/ 575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP):** Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 -Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆**São Bernardo do Campo (SP):** Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆**Diadema (SP):** Praça dos Cristais, 6 sala 3 Centro ◆**São José dos Campos (SP):** Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (012) 341-2845 ◆ **Rio Claro (SP):** Av. 1, 1143 Centro ◆ **Niterói (RJ)** Rua Marques de Caxias 87, centro ◆**Rio de Janeiro (RJ):** Travessa Dr. Araújo, 45 - Pça da Bandeira - CEP 22270-070 - Fone (021) 292-9689 ◆ **Florianópolis (SC):** Av. Hercílio Luz, 820 - Centro CEP 88020-001 ◆ **Duque de Caxias (RJ):** Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆**Belo Horizonte (MG):** Rua Carijós, 121, sala 201, CEP 30120-060 ◆ **Natal (RN):** Av. Rio Branco 815 Centro ◆**São Luís (MA):** Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **Macapá (AP):** Av. Diogenes Silva - Buritizal ◆ **Maceió (AL):** Rua Minas Gerais, 197/2 - Poço ◆ **Brasília (DF):** SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - CEP 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO):** (062) 229-2546 ◆ **Belém:** Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 549-5388 ◆ **Manaus (AM):** Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ **Recife (PE):** Rua da Gloria, 472 Tel (081) 423-6493 ◆ **Fortaleza (CE):** Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ **Porto Alegre (RS):** Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS):** Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS):** Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI):** Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆ **Aracajú (SE):** Av. Pedro Calazans 491 sala 105 ◆ **Ribeirão Preto (SP):** Rua Visconde de Rio Branco, 846 - CEP 14015-000

O endereço da nossa home page é:

http://www.geocities.com/CapitolHill/3375

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000.
Impressão: Artgraph

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EQUIPE DE EDIÇÃO
Mariúcha Fontana, Fernando Silva

EDITORIAL

Mobilizar contra FHC e os 346 Nayas

Sérgio Naya e o festival de baixarias da convenção do PMDB são o retrato fiel, sem máscara, da podridão em que se assenta o governo FHC e essa cova de bandidos que é o Congresso Nacional.

O resultado da Convenção peemedebista contra a candidatura própria do PMDB, ainda que tenha rendido mais desgaste para o governo junto aos trabalhadores e o povo, garantiu para FHC mais uma vitória na pavimentação do caminho para sua disputa à reeleição.

A necessidade de uma aliança mais ampla que a de 94, puxando agora Maluf e o PPB, bem como o PMDB, para cerrar fileiras em torno de FHC, revela, contraditoriamente, o quadro de maiores problemas e instabilidade que pairam sobre o plano real e o governo.

Diante do aumento do desgaste do governo e do plano, a receita do FMI e de FHC é jogar a crise sobre as costas dos trabalhadores para assegurar a estabilidade da moeda, enquanto torce para que não ocorra um novo cataclisma econômico internacional. Resolvida a fatura do PMDB, o governo volta agora todas as suas fichas para tentar aprovar definitivamente a Reforma da Previdência no Congresso.

É possível e necessário derrotar FHC e seu projeto. Mas para isto é preciso jogar pesado na mobilização, apoiando-se no descontentamento que cresce entre os trabalhadores. Em primeiro lugar, é preciso mobilizar prá valer contra a Reforma da Previdência. O próximo dia 31 de março é dia nacional de luta com paralisações. É possível construir um dia de luta ainda mais forte que o realizado no último dia 10 de fevereiro. Um dia de paralisações e manifestações que, desta vez, seja nacional. E dia 1º de abril é dia de ato em Brasília.

João Zinclar

Romper com a burguesia

Jogar pesado na luta contra as Reformas e na defesa das reivindicações dos trabalhadores é o único caminho para derrotar FHC.

Porém, não é esse o caminho que a direção majoritária do movimento escolheu. Além de priorizar as eleições em detrimento da organização da luta, a política do PT leva confusão e divide as fileiras da classe trabalhadora e, consequentemente, facilita os ataques do governo e da classe dominante.

Fazer um seminário com Antonio Ermírio de Moraes (que demitiu 23 mil trabalhadores) e José Serra para buscar "soluções" para o desemprego, é como chamar um seminário das raposas para acabar com a matança das galinhas. É o fim da picada. É demais!

Esta semana o PT vai comer pão de queijo com Itamar (o ex-vice de Collor, pai do Real e principal responsável por FHC estar hoje na presidência).

E assim caminha a tal "Frente das Oposições": para bem longe das lutas e do perfil classista que Lula e o PT já representaram no passado, facilitando assim a vida de FHC.

O **PSTU** continua insistindo no chamado para que o PT rompa com a burguesia. Brizola, Itamar, Requião, Antonio Ermírio, Arraes são todos farinha do mesmo saco, do qual veio FHC, Ciro Gomes e outros. A classe trabalhadora precisa é de uma Frente dos Trabalhadores para derrotar FHC e o projeto neoliberal.

OPINIÃO

Indenizar todas as vítimas

Cyro Garcia,
presidente estadual do PSTU/RJ

A tragédia ocorrida com os moradores do edifício Palace 2 na Barra da Tijuca, zona sul do Rio, foi mais um exemplo que mostrou a face do governo de FHC e suas podres relações com a base governista. A imprensa já mostrou que o deputado Sérgio Naya não é o único que teve dívidas perdoadas em troca de apoio ao governo. Vários outros comparsas de FHC — que hoje estão ocupando cargos de ministros, deputados e senadores — também devem milhões de reais à União e esta não cobra garantindo ao governo a maioria nas votações das suas reformas. Para tentar abafar a indignação com a tragédia e evitar o desgaste que deputados como Naya provocam na "imagem" dos aliados, FHC chegou a propor (e depois recuou) a indenização aos que perderam tudo com a queda do Palace 2.

Nós somos a favor da indenização das vítimas da ganância de Sérgio Naya. Mais: defendemos também que este procedimento seja estendido para as camadas mais pobres da população, as famílias de trabalhadores desamparadas e vítimas de tragédias que são de responsabilidade das sucessivas administrações burguesas.

Só para ficar aqui no Rio de Janeiro, teríamos que perguntar: e a indenização para as vítimas das enchentes de **1988** que ainda hoje vivem em contêiners da prefeitura? E para as 25 vítimas fatais das enchentes recentes no Rio de Janeiro? E a indenização pelos prejuízos causados pelos blecautes diários da privatizada Light?

Há muito mais assassinos e irresponsáveis do que Sérgio Naya (que já deveria estar na cadeia). É justo indenizar as famílias que perderam tudo no Palace 2, a partir do confisco dos bens de Sergio Naya (o que, aliás, o governo não vai fazer). Porém, mais justo ainda é exigir a indenização para as milhares de famílias de trabalhadores vítimas do desprezo e também da incompetência dos governos da classe dominante.

NÚMEROS *Déficit em transações/correntes (US$ bilhões)*

	1996	1997	97/96
◆ Déficit	-24,3	-33,4	37 %
◆ Déficit comercial	- 5,5	- 8,4	53 %
◆ Déficit em serviços	-21,7	-27,3	26 %
Juros	- 9,8	-10,4	6 %
Viagens Internacionais	- 3,6	- 4,4	22 %
Transportes	- 3,5	- 4,5	28 %
Lucros e dividendos*	- 2,3	- 5,6	143 %
Outros itens	- 2,4	- 2,4	0 %
◆ Transferências unilaterais	2,9	2,2	-31 %

Fonte: Banco Central - DEPEC (17/02/98) * Remessa de lucros para fora do país

URGENTE

Construção civil vai à greve no Ceará

Os trabalhadores na construção civil da região metropolitana de Fortaleza têm data base no mês de março e estão enfrentando uma luta dura contra os patrões do setor que, até este momento, não recuaram no seu propósito de retirar direitos da categoria conquistados com muita luta.

Os construtores não avançaram nas negociações e negam-se a atender nossas principais reivindicações: cesta básica, reajuste de 10,77% e piso de R$ 210 mais a produtividade em carteira. Além disso, querem impor o banco de horas, acabar com o feriado no dia do trabalhador na construção civil, acabar com o pagamento semanal ou quatorzenal para passar a ser mensal, atacar a organização sindical e outros pontos importantes.

Diante desse quadro e após oito rodadas de negociações, no último dia 12, nossa categoria entrou em estado de greve, votado em uma assembléia com mais de 700 operários. No dia 17 de março, fizemos uma mobilização vitoriosa e uma nova assembléia geral com 1.000 trabalhadores onde votamos a greve por tempo indeterminado a partir do dia 24.

Chamamos a todos os sindicatos e em especial aos companheiros da construção civil espalhados pelo país a prestarem a maior solidariedade possível, pois temos certeza de que será um duro embate.

Para maiores informações ligar para o telefone 085 281-1288. Moções de apoio, para o fax 085 281-7355.

Raimundão,
de Fortaleza

FHC, Alencar e Conde são responsáveis pelo caos

Luciana Araújo,
do Rio de Janeiro

O colapso dos serviços públicos no Rio, as enchentes, a crônica falta de energia elétrica, a trágica e ao mesmo tempo ridícula cena onde os bombeiros com mangueiras rasgadas tentavam captar água de um pequeno lago para tentar apagar o incêndio no Santos Dumont, não são obra do acaso, nem apenas "desastres naturais". O governador Marcello Alencar (PSDB) segue exemplarmente a cartilha de FHC: ou seja, privatizações e sucateamento do que ainda não foi privatizado. Claro que é parte disso o prefeito do Rio, Luis Paulo Conde (PFL), que, com sua inépcia dá um toque grotesco às tragédias da cidade.

O Rio de Janeiro foi o estado que teve o maior índice de desemprego do Brasil nos últimos dois meses — 8,55%. Só no serviço público fluminense, o número de servidores caiu 2,1% na região metropolitana. Segundo dados da própria Secretaria Municipal do Trabalho, são 8.638 funcionários públicos a menos. Tudo isso é fruto de programas de demissão incentivada e das privatizações das principais estatais, como a Vale do Rio Doce, a Light e a Cerj.

Os reflexos são sentidos duramente pela população carioca. Devido ao arrocho, demissões e terceirizações dos serviços de limpeza, aqui por responsabilidade do prefeito Luis Conde, o Rio já passou por quatro enchentes em 1998. O saldo foi de 25 mortos e mais de 10 mil desabrigados. Várias cidades do interior como Macaé estão em permanente estado de calamidade pública.

Enchentes quase diárias porque serviços de limpeza não existem

Some-se a isso os problemas cada vez mais frequentes de falta de energia elétrica em todo o Estado. Neste caso, o colapso tem relação direta com a privatização. Desde que a Light e a Cerj foram privatizadas, em 1996, seis mil funcionários de um total de 15 mil foram demitidos. Com a falta de mão-de-obra e investimentos, o Rio viveu neste verão a rotina dos blecautes. Até mesmo durante a audiência pública em que o governo pretendia explicar a privatização da Light faltou luz por duas vezes. Enquanto isso, milhares de pessoas perderam alimentos e aparelhos eletro-eletrônicos. E as tarifas continuam aumentando absurdamente.

Nos tempos em que era uma empresa estatal, a Light comprava energia de Furnas a US$ 35 o megawatt e vendia por US$ 70. Privatizada, ela compra por US$ 35 e vende por US$ 93. A preocupação agora não é mais investir em transformadores — necessários à infra-estrutura, mas em medidores de energia, necessários para aumentar a arrecadação. Já em 1996 havia um estudo mostrando que seriam necessários R$ 1 bilhão para investimentos em infra-estrutura. Sem esse investimento a aparelhagem da empresa não suportaria a demanda e haveria falta de energia durante, pelo menos, duas horas por dia. O documento foi entregue à responsável pelo programa de privatização do BNDES, Elena Landau, e foi engavetado. No entanto, 60% dos investimentos feitos foram desviados para comprar equipamentos da estatal francesa (que controla a Light) e até para dar carros importados para os diretores. Enquanto isso, a população continua sem luz e pior, muitas vezes, debaixo d'água.

Sucateamento é generalizado

Para obter o apoio de setores da população na privatização das principais empresas do estado, Marcello Alencar vem sucateando cada vez mais os serviços. Nos próximos dois meses o governo quer privatizar (com o aval do governo federal) a Telerj, que, aliás, está em frangalhos. Nos últimos cinco anos, a empresa recebeu cinco vezes menos o necessário para a sua manutenção, segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Telecomunicações do Rio de Janeiro. Apesar do caos geral é a população mais carente que sofre as consequências: nos bairros nobres há um telefone público para cada 5 habitantes, nos bairros populares e operários é 1 para cada 100.

Resistência na Cedae

Na Companhia do Estado de Água e Esgoto (Cedae), o governador está tentando fazer a mesma coisa. Marcello Alencar quer vender a empresa a preço de banana. Mas os trabalhadores da Cedae não estão dando sopa. No dia 28 de janeiro, os funcionários da estatal realizaram uma paralisação de 24 horas contra a privatização. Cerca de 60% das unidades da empresa foram fechadas e houve um grande ato na porta do Palácio Guanabara - sede do governo do Estado.

Leilão barrado

No dia 3 de fevereiro, o governo havia marcado o leilão da Cedae e cerca de dois mil funcionários impediram-no com um grande ato em frente à Bolsa de Valores. Marcello Alencar foi obrigado a desmarcar o leilão, que continua sem data. O movimento não parou aí. No dia 20 do mesmo mês, houve nova paralisação e mais de 1.500 pessoas fizeram um grande ato na Cinelândia, centro do Rio. No dia 20 de março, os trabalhadores estariam novamente nas ruas para impedir que a empresa seja entregue aos tubarões da iniciativa privada.

Sindicato e moradores criam Associação

Os trabalhadores e a população começaram a reagir a esta situação. Na audiência pública da Light, realizada em fevereiro, estiveram presentes cerca de 500 pessoas que se manifestaram contra a empresa. Na ocasião o deputado federal do PSTU, Lindberg Farias, propôs a criação de uma comissão na Câmara dos Deputados, com a participação da população, para apurar os desmandos da atual direção da Light (o grupo estatal francês EDF, dois grupos norte-americanos e a CSN)

Mas não parou aí. Cansados de esperar pelas promessas dos governos federal e estadual, o Sindicato dos Urbanitários do Rio e moradores fundaram, no dia 17 de fevereiro, a Associação dos Consumidores de Energia Elétrica (Ascon). A Associação está indo nas áreas mais prejudicadas pela falta de energia para somar os prejuízos dos moradores e exigir que as empresas ressarçam as pessoas.

Além disso, está correndo um abaixo-assinado por todo o Estado exigindo a revisão da privatização das duas empresas do setor elétrico. O objetivo, segundo Ronaldo Moreno, diretor da Associação, "*é aglutinar o máximo de pessoas possíveis para pressionar o governo pela reestatização da Light e da Cerj.*"

No próximo dia 20 de março, a Ascon está preparando um ato na Central do Brasil contra as privatizações. Vale destacar que o PSTU continua engajado nesta mobilização defendendo também a reestatização da Light e da Cerj. (L. A.)

CUT marca protestos contra a Reforma

Luiza Casteli,
da redação

Não é uma tarefa fácil, mas ainda é possível barrar a Reforma da Previdência e todas as suas conseqüências: substituição da aposentadoria por tempo de serviço pela aposentadoria por tempo de contribuição, idade mínima para conseguir os benefícios, idade mínima para a aposentadoria de quem já está no mercado de trabalho e contribui com a Previdência, etc. Além de vários destaques e emendas que ainda precisam ser votados pela Câmara dos Deputados em 1º turno, a Reforma terá que passar por um 2º turno de votação, que deve ocorrer no início de abril.

Estão ocorrendo várias atividades em todas as regiões do país, organizadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), para mostrar ao governo e aos deputados que os trabalhadores não aceitam a retirada de seus direitos. A jornada de lutas irá culminar no dia 31, com manifestações nos estados; e em 1º de abril, com um grande ato em Brasília.

Ato em Brasília contra a Reforma está convocado para o dia 1º de abril

Como parte deste processo de mobilização, será feito em 25 de março um dia nacional de plebiscitos nas fábricas e grandes centros urbanos sobre a Reforma da Previdência. Estão sendo confeccionados também panfletos e cartazes nas bases eleitorais dos deputados que votaram a favor da Reforma, como maneira de pressionar para uma mudança de posição.

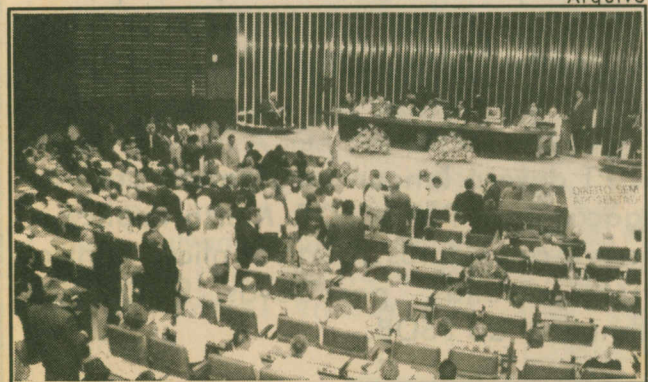
Segundo José Maria de Almeida, membro da Executiva Nacional da CUT e da direção nacional do **PSTU**, a orientação da central é que sejam feitas paralisações, bloqueios de estradas e atos fortes no dia 31, mas para isso é necessária uma boa preparação. "*Entre os trabalhadores há muita expectativa, mas a disposição para a ação vai depender muito dos sindicatos. É preciso seguir o exemplo dado no primeiro turno da votação por diversas categorias como os metalúrgicos de São José dos Campos: a paralisação das fábricas e o bloqueio da via Dutra só foram possíveis porque o sindicato foi à base, fez plebiscitos, mobilizou*", afirma.

Para ele, o primeiro passo nesta preparação é esclarecer os trabalhadores sobre o que estão perdendo, já que "*existe muita desinformação. Segundo, é preciso realizar as atividades concretas de preparação dos dias 31 de março e 1º de abril. Sabemos que para barrar a Reforma da Previdência será necessária uma manifestação bem maior do que a anterior*".

João Zinclar

Manifestação em Brasília, realizada em 10 de fevereiro

Congresso começa a votar emendas e destaques

A Reforma da Previdência não depende só do segundo turno de votação para ser aprovada. Durante esta semana e a próxima, Fernando Henrique estará fazendo malabarismos para garantir que os deputados votem contra as 76 emendas e 9 destaques para votação em separado (DVSs) feitos ao texto original.

A maioria das emendas, que propõem alterações de texto, foi feita por deputados da oposição. Como estão sendo votadas em blocos e a oposição é minoria, o mais provável é que não sejam aprovadas. Em relação aos DVSs, a situação pode se complicar para o governo.

Os destaques separam partes do texto para votação em termos de "a favor" ou "contra". Neste caso, FHC precisa garantir 308 votos para derrubar cada um dos destaques, o que demanda uma negociação considerável com os deputados.

Arquivo

Mesmo entre os aliados do governo, existem posições contrárias a alguns pontos da reforma, como o redutor de 30% na aposentadoria do servidor público que ultrapassar o teto de R$ 1.200. Além disso, a oposição apresentou DVSs contra seis trechos do texto.

Há um destaque apresentado pelo PFL pedindo a exclusão do seguro acidente de trabalho dos riscos cobertos pela Previdência. Embora a proposta seja interessante para o governo, Fernando Henrique quer aprovar a Reforma da Previdência pela Câmara sem nenhuma mudança significativa no texto.

Se houver mudanças de conteúdo na reforma, ela volta para o Senado e depois passa novamente pela aprovação dos deputados, um atraso nada interessante para FHC. **(L.C.)**

PARLAMENTO

Caros companheiros

Desde o retorno aos trabalhos da Câmara dos Deputados, os governistas tentam votar o que restou do primeiro turno da Reforma da Previdência. Ao todo são 76 Emendas Aglutinativas e 9 Destaques de Voto em Separado, a maioria feita pelo Bloco de Oposição. Mesmo com tantas emendas e destaques, só foi possível a votação, até o momento, de cinco emendas. O motivo? A própria base governista se nega a acelerar a votação sem antes receber as verbas da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Saúde que barganharam com FHC.

Ilegítimo

É vergonhoso! Tal fato só serve para confirmar a ilegitimidade deste Congresso. Sobre nossa posição, temos votado as emendas favoráveis aos trabalhadores e aposentados. Por exemplo, votamos contra o redutor de 30% nas aposentadorias do servidor público que ultrapassem 10 salários mínimos e a favor da redução do limite de idade e do tempo de contribuição ao INSS, bem como pela volta da aposentadoria proporcional. Também votamos a favor de mecanismos para evitar e punir a sonegação de contribuições previdenciárias.

Compra de votos

No momento, ainda não foram votados os 9 destaques, que tratam de direitos importantes de trabalhadores e aposentados. Para que o governo consiga derrubá-los, terá que contar com 308 votos. Com certeza reside aí a explicação para a demora na votação. FHC não terminou a farra da compra de votos suficientes para a aprovação, em primeiro turno, da Reforma da Previdência.

Somos contra esta reforma vergonhosa e, apesar de votarmos em Plenário a favor dos trabalhadores e sob a orientação de centenas de cartas que recebemos de sindicatos, trabalhadores e aposentados, acreditamos que não será possível derrotar FHC e seus ataques sem a mobilização nas ruas.

Até a próxima, companheiros.

Direção do PT quer mais burgueses no palanque

Sérgio Andrade

Lula e Antonio Ermírio no seminário do PT

Fernando Silva,
da redação

"Somos agradecidos a todo apoio e em 74 toda a oposição ao regime militar votou no Quércia para senador". *"Não vejo diferença entre o discurso da CUT e o de Antonio Ermírio em relação ao desemprego".* Na primeira frase, Lula tenta justificar a intenção de ter o ex-governador de São Paulo, Orestes Quércia, no seu palanque. Na segunda, tenta explicar o inexplicável: a participação do empresário número 1 do país em um seminário organizado pelo PT para discutir programa..

Nas duas últimas semanas a direção majoritária do PT tendo a frente o próprio Lula e o o presidente do partido José Dirceu (devidamente acompanhados por Leonel Brizola) retomaram com tudo uma estratégia eleitoral que estava agonizando antes da convenção do PMDB: a busca de uma ampla aliança com perfil de centro-esquerda (com a inevitável participação de vários e expressivos representantes políticos da classe dominante). Não há dúvidas de que a derrota do setor pró-candidatura própria do PMDB foi o combustível para a direção petista.

Da convenção peemedebista em diante sucederam-se inúmeras barbaridades, em menos de quinze dias: o seminário para discutir programa com Antonio Ermírio, aquele, que associado ao capital japonês quase abocanhou a Vale do Rio Doce; as declarações para atrair o apoio de Orestes Quércia, a visita de "cortesia" ao ex-presidente Itamar Franco, o cerco para fechar o acordo com o PSB do coronel Arraes e a busca de um acordo com o dissidente do PMDB Roberto Requião.

Enfim, uma espécie de vale-tudo para ampliar o arco de alianças da candidatura Lula, afastando-a do perfil e do significado que já foi muito forte para dezenas de milhões de trabalhadores. Chega a se estranho que, pelo menos até o fechamento desta edição, não tenha surgido a idéia de fazer uma "visita" a José Sarney.

Ao mesmo tempo o próprio Lula anda insinuando que poderia retirar a sua candidatura. A imagem de desânimo que Lula passou pela mídia, nas últimas semanas, não deixa de ser uma peça de chantagem para forçar a ampliação nacional das alianças e, principalmente, as estaduais, onde não são poucas as resistências à direção petista. Foi o próprio coordenador da campanha Lula, o deputado federal Luis Gushiken que tratou de deixar isso claro: *"Lula está tenso com as questões regionais. Como vamos fazer aliança nacional com o PDT se no seu estado mais importante que, é o Rio, o nosso partido não quer se coligar?"* (*O Globo*, em17/3/98).

Para fechar com chave de ouro, o Diretório Nacional do PT suspendeu o Encontro Nacional que definiria a candidatura Lula e o arco de alianças. Provavelmente vai tudo para junho, junto com a convenção oficial. Assim, há tempo suficiente para costurar o que for possível nacionalmente e resolver os "problemas" regionais. O pacote virá por inteiro.

Enquanto isso, nos Estados...

Alagoas. O candidato da frente, que até o momento reúne PSB, PPS, PCdoB, PDT e PT é o ex-prefeito de Maceió Ronaldo Lessa do PSB. O PT indica a deputada Heloísa Helena para senadora. O vice da chapa é o empresário Geraldo Sampaio, do PDT (ex-Arena), defensor dos direitos políticos de... Fernando Collor de Mello.

Amazonas. O PT está conformando uma aliança que inclui o PMDB, PSB, PCdoB e até o PSDB. Neste caso o PT só tem candidatos a deputados. O candidato ao Senado é o ex-governador Gilberto Mestrinho, tendo Serafim Correa do PSB como cabeça de chapa

Ceará. O ex-prefeito petista de Icapuí, José Airton, encabeça uma proposta de coligação que conta com a participação do PCB, PSB, PV, PCdoB, PDT e PSB. Até final de outubro passado o PDT ocupava cargos de 1° escalão no governo Tasso Jereissati.

Pará. Uma convenção estadual do PT já havia lançado o nome da petista Ana Júlia para governadora. Mas desde janeiro o núcleo central da direção nacional do PT tenta impor a candidatura do latifundiário Ademir Andrade, ex-PMDB e atual senador pelo PSB.

Paraná. O PT local saiu da frente onde está o ex-governador Álvaro Dias do PSDB. Há dois pré-candidatos pelo partido. Mas a direção petista procura um acordo com Roberto Requião do PMDB, com este na cabeça de chapa.

Pernambuco. Lula e José Dirceu tentam fazer o PT local apoiar o "coronel" Miguel Arraes. O PT de Pernambuco já fez parte do governo Arraes, mas rompeu com este e está na oposição. Não apóia a reeleição de Arraes mas não lançou candidato próprio.

Rio de Janeiro. A direção majoritária do PT quer impor a aliança com o PDT, encabeçada pelo populista de direita e ex-prefeito de Campos, Antony Garotinho. A esquerda do partido é contra e lançou a pré-candidatura do petista Vladimir Palmeira..

Santa Catarina. No estado, o PT encabeça uma coligação tendo o atual prefeito de Joinville, Coruja, do PDT como candidato a vice. O PDT está na Secretaria de Finanças do governo de Paulo Afonso (PMDB), aquele...dos Precatórios.

São Paulo. PT deverá lançar candidatura própria e talvez sem coligação com PSB e PDT. Marta Suplicy e Renato Simões são pré-candidatos. Marta Suplicy é contra revisar as privatizações feitas por Covas. E não faz oposição ao governador do PSDB.

Rompam com a burguesia!

A direção do PT vem a público dizer que é correto ampliar as alianças, para somar forças e tentar derrotar FHC e o neoliberalismo. É verdade que sob o governo FHC, o desemprego aumentou, o salário está arrochado, os direitos sociais estão sendo retirados, as greves são enfrentadas com dureza e repressão. Os sem-terra são vítimas de massacres. Enfim, o mandato de FHC caracteriza-se por uma violenta ofensiva burguesa.

Mas qual deve ser o sentido da candidatura Lula? Esta candidatura – e um eventual governo seu — tem que estar a serviço de romper e derrotar o projeto neoliberal, de lutar pelas reivindicações dos trabalhadores e das camadas mais pobres da população.

Se a candidatura Lula não está a serviço desta política, desta estratégia, e se, pelo contrário, ela estiver ancorada numa frente com partidos e personalidades burguesas, para os trabalhadores, ela não fará sentido.

Isto é assim porque em política há somas que diminuem. Por exemplo, como vamos derrotar o neoliberalismo se estivermos numa aliança e num eventual governo com Itamar Franco? Ou não foi ele o responsável por garantir as condições para uma retomada feroz do projeto neoliberal, que ficou relativamente paralisado com a crise que terminou com a queda de Collor?

Além disso, cada aliado desse tem o seu preço. Por exemplo, Brizola é contra as ocupações e também contra a reforma agrária. Dessa forma, não há como uma frente Lula-Brizola defender prá valer a reforma agrária. E quanto mais ampla no sentido da burguesia for a aliança, mais distante das reivindicações dos trabalhadores ela estará.

É claro que os setores burguesas que hoje admitem estar no palanque de Lula têm diferenças com o governo. Mas eles não representam, nem de longe, um projeto alternativo e de ruptura com o neoliberalismo. Não dá para derrotar o neoliberalismo com uma frente deste caráter. Pode ser que dê para ganhar uma eleição. Mas para fazer que tipo de governo?

Portanto, reafirmamos o nosso chamado ao PT: rompam com a burguesia. Ainda há tempo de construirmos a unidade da esquerda e dos trabalhadores. **(F.S.)**

Arquivo

Ainda há tempo de construirmos uma campanha como a de 89

Para onde ampliar?

O debate atual não é entre os que estão contra ou a favor de ampliar o arco de alianças, não é entre "amplos" versus "estreitos". O debate é para onde ampliar e com que programa. O PSTU está defendendo há quase um ano uma aliança entre os trabalhadores e excluídos da cidade e do campo, com um programa anticapitalista que poderia ser sintetizada na candidatura de Lula com um vice do MST.

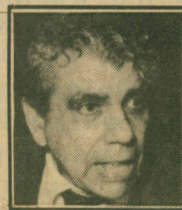
Em 1989, Collor venceu as eleições com um discurso demagógico que arrastou o voto das camadas mais pobres da população (na época, os "descamisados"). Mas hoje há o MST e o peso da reivindicação de reforma agrária, que também tornou-se uma referência para milhões de excluídos, que vivem nas favelas das cidades. A luta dos sem-teto também trouxe um vigor ao movimento popular que pode galvanizar outros tantos excluídos para uma frente dos trabalhadores encabeçada por Lula.

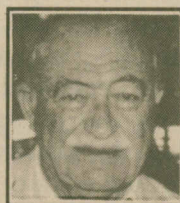
Para nós esta é a verdadeira frente ampla que dá a perspectiva de derrotar o projeto neoliberal e FHC. Por isso, nós insistimos no chamado a todos os setores combativos da cidade e do campo e também à esquerda petista, para lutarmos pela construção de uma frente dos trabalhadores, classista e socialista..

Mas se de fato prevalecer a política atual da direção petista, o PSTU não hesitará em lançar uma candidatura própria para manter a bandeira do classismo, das reivindicações, de um programa anticapitalista e de ruptura com o imperialismo.

Cleber Medeiros

Com aliados como estes...

Antonio Ermírio. Principal capitalista do Brasil, dono do grupo Votorantim e da maior fortuna pessoal do país (R$ 1 bilhão). Apóia integralmente as privatizações (lutou com unhas e dentes para abocanhar a Vale do Rio Doce) e as reformas. Durante o Plano Real, demitiu 23 mil funcionários das suas empresas.

Orestes Quércia. Ex-governador de São Paulo (1986-1990). Uma espécie de Maluf do PMDB. Um ícone da corrupção dos governos estaduais paulistas recentes. Sob sua gestão, a dívida do Estado foi às alturas e o Banespa foi dilapidado. Arrocho salarial sobre o funcionalismo e os trabalhadores da Educação foi uma marca do seu governo.

Itamar Franco. Assumiu a presidência da República com o *impeachment* de Collor. Afinal, ele era o vice. Numa coisa Itamar tem razão: ele é o pai do Plano Real. Afinal, foi sob seu governo que o plano foi lançado pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique. Privatizou a CSN e pagou pontualmente a dívida externa.

Miguel Arraes. O "coronel" Arraes é um dos governadores dos Precatórios. Amigo dos usineiros, trata os trabalhadores com repressão. Além do escândalo dos Precatórios, seu governo em Pernambuco ficou notabilizado pelo desastre nos serviços sociais, simbolizado na morte de dezenas de pessoas na clínica de hemodiálise de Caruaru.

Leonel Brizola. Recentemente abriu o jogo e declarou-se inimigo das ocupações de terra. Faz sentido, no sul, sua base social são os grandes proprietários de terra. Sustentou Collor de Mello até as vésperas do *impeachment*. No seu partido entra qualquer um, até reacionários-fascistóides como Francisco Rossi, em São Paulo.

ENTREVISTA *Trabalhadores da Ford falam ao Opinião Socialista*

"Flexibilização não garante emprego"

No último dia 11 de março aproximadamente 98% dos trabalhadores da Ford de São Bernardo do Campo, reunidos em assembléia, rejeitaram a proposta da empresa sobre a flexibilização da jornada. Na esteira da Volkswagen, a Ford vem há mais de um mês tentando impor um acordo com os trabalhadores chantageando-os com a ameaça de 830 demissões. O ***Opinião Socialista*** *conversou com dois membros da Comissão de Fábrica da Ford: Genival Coelho, 45 anos, 19 de empresa e membro há mais de 5 anos da comissão; e José Moreira dos Reis, 48 anos, 10 de Ford e há três na Comissão de Fábrica. Além de criticarem a flexibilização, eles contam porque na Ford os trabalhadores têm rejeitado as propostas da empresa.*

Assembléia da Ford que rejeitou proposta da empresa

Opinião Socialista – Por que os trabalhadores da Ford rejeitaram a proposta da empresa apesar da ameaça de demissões e com a diretoria do Sindicato e a maioria da Comissão de Fábrica a favor de aceitá-la?

Genival – Um dos fatores é que houve uma organização dos trabalhadores da fábrica muito forte que conseguiu suportar a pressão da empresa. Mas o ponto chave é a flexibilização. A proposta prevê a flexibilidade da jornada de 36 a 46 horas. O ritmo do trabalho está muito acelerado, estamos trabalhando de 2ª a 5ª, mas fazendo a produção de cinco dias em quatro. E todo mundo sabe que vamos trabalhar no limite de 46 horas. E depois, a flexibilidade aqui não é novidade, já tem a de 38 a 42 horas, ainda assim a fábrica foi reestruuturada, continuaram as demissões e as férias coletivas.

Wladimir Souza

Moreira e Genival, membros da Comissão

Moreira – Não é a proposta original da empresa, que era muito parecida com a da Volks. Ela foi rejeitada por nós e a negociação prosseguiu em cima da flexibilização e das horas extras. Mas o fato é que a proposta atual é ruim, porque ela estende a flexibilização sob um ritmo violento de trabalho e com gente saindo da fábrica sem ter qualquer reposição de funcionários. Portanto não há porque demitir. Além do que a produção continua a toda, mais de mil carros por dia.

> **"Reduzir a jornada sem redução salarial é saída contra desemprego"**

Opinião Socialista – Quer dizer que já houve reestruturação da Ford?

Moreira – Começou há quatro anos. Por exemplo, na minha seção, sub montagem e funilaria, tinha 8 robôs, hoje tem 120. Isso diminuiu pela metade o número de funcionários do 1º turno da seção: de 600 para 300.

Genival – Nos outros setores da fábrica a redução não foi tão acentuada como no caso da seção dele, mas ainda assim mais de 3 mil postos de trabalho desapareceram em três ou quatro anos de reestruturação. De quase 10 mil trabalhadores ficaram por volta de 6,8 mil.

Opinião Socialista – E após a última assembléia qual é a perspectiva agora?

Genival – Só pode ser a de que a empresa abra uma negociação séria, sem falar em demissões, sem atacar conquistas e sem priorizar a empresa. Não dá mais para continuar nessa lógica em que nós temos que discutir a pauta da empresa.

Opinião Socialista – Sobre isso, eu queria saber sua opinião sobre a estratégia da maioria da direção da CUT e da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que têm aceitado essa lógica e até está tentando formar fóruns com empresários e governo.

Genival – Essa política tem que ser revisada A flexibilidade não é a saída para o desemprego. Eu mesmo, quando era coordenador da Comissão de Fábrica, defendi a flexibilização na Ford, a da jornada de 38 a 42 horas. Estava convencido que isso era uma garantia de emprego. E não foi isso o que aconteceu. Continuaram as férias coletivas, as demissões, os cortes de benefícios. É preciso buscar uma alternativa que não penalize os trabalhadores.

Opinião Socialista — E qual é a saída para combater o desemprego desse ponto de vista, ou seja, o dos trabalhadores?

Genival — É a redução da jornada para 40 horas sem redução dos salários. É a lógica inversa do que está acontecendo hoje. A redução possibilita a contratação de mais trabalhadores para garantir a produção. E também você aumenta as condições do trabalhador, mantendo o poder aquisitivo e aumentando o número daqueles que podem comprar. Essa é a saída.

MOVIMENTO

FHC recebe vaias em Petrópolis

Luciana Araújo,
do Rio de Janeiro

No último dia 14 de março, Fernando Henrique Cardoso esteve em Petrópolis (cidade serrana do Rio) para reinaugurar o Palácio de Cristal, reconstruído com R$ 750 milhões de verbas do governo federal (começaram as inaugurações eleitorais com dinheiro público). O MST, a CUT, os partidos de esquerda PSTU e PT, entidades estudantis e do movimento popular estiveram na cidade realizando um protesto contra FHC. Logo na manhã houve um ato com 500 pessoas na Praça da Liberdade (centro de Petrópolis) que acabou numa passeata que percorreu toda a cidade.

Furando o bloqueio

No final da tarde, os manifestantes conseguiram furar o bloqueio policial e foram à porta do palácio Rio Negro onde estava hospedado o presidente. Isso, apesar dos dirigentes sindicais ligados a Articulação Sindical que tentaram evitar que os manifestantes chegassem na porta do palácio Rio Negro.

O batalhão de choque local tentou intimidar os manifestantes e chegou a agredir e ferir vários deles. Mesmo assim, a manifestação conseguiu chegar onde estava FHC. O presidente foi obrigado a sair do palácio sob vaias e palavras de ordem. como "eu vim aqui fazer o que? Vim derrotar FHC" ou "Fernando Henrique ladrão, cadê a verba da Educação."

Coronel foge

Enquanto isso, o coronel do Comando Militar do Leste, conhecido como Mauro, agrediu vários ativistas e ainda chutou uma militante do PSTU. Mas foi rechaçado por todos os outros presentes e forçado a sair correndo do meio dos manifestantes para não ser espancado. No final, ele fugiu num carro oficial.

Durante o ato, o deputado federal Lindberg Farias deu o recado: "onde FHC passar durante sua campanha pela reeleição, nós do PSTU, estaremos presentes. Por onde ele passar haverá protestos. Para mostrar à toda a classe trabalhadora quem é Fernando Henrique."

PRIVATIZAÇÕES *Engenheiros da Petrobrás denunciam perda da soberania nacional*

Petróleo: a quebra do monopólio da União

Fernando Siqueira,
diretor de Comunicação da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Em 1995 o governo Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional um conjunto de cinco emendas constitucionais relativas à Ordem Econômica que tinham um efeito devastador sobre a soberania e o patrimônio nacionais.

Com o mesmo conteúdo do Emendão do governo Collor ou da Revisão Constitucional (malograda) no governo Itamar, esse conjunto de emendas conseguiu êxito total no governo FHC graças à compra de votos, chantagens, barganhas e outros expedientes de corrupção explícita. Vejamos as cinco emendas:

1) Mudança de conceito de empresa nacional — igualou a empresa estrangeira à empresa brasileira, eliminando a limitação da participação daquelas com apenas 49% nas atividades de extração mineral. Escancaramos o acesso ao subsolo brasileiro com uma riqueza mineral avaliada em mais de US$ 10 trilhões.

2) Quebra do monopólio da cabotagem permitindo que embarcações estrangeiras naveguem no interior do país para escoar essas riquezas.

3) Quebra do monopólio do gás canalizado, permitindo que empresas estrangeiras dominem o gasoduto Bolívia-Brasil que transportará uma massa de gás de cerca de 1,1 trilhão de metros cúbicos (150 bilhões da Bolívia, 350 bilhões de Camisea, no Peru e 600 bilhões da Argentina). As termoelétricas a gás a serem construídas já pertencerão a empresas estrangeiras que estão adquirindo o setor elétrico. Vamos passar da auto-suficiência em energia elétrica à dependência externa sob controle multinacional.

4) Quebra do monopólio das telecomunicações, permitindo a venda dessa atividade ultra-estratégica para as transnacionais.

5) Finalmente, a quebra do monopólio estatal do petróleo.

Apesar da demagógica afirmativa de que era apenas uma flexibilização para melhorar o setor, o que o governo fez foi acabar com a possibilidade de controle da sociedade sobre um setor também estratégico e permitir a entrega de campos altamente produtivos a empresas que nada investiram, nem correram nenhum risco. Substituirá o contrato de risco, que foi um fiasco, pelo contrato de certeza.

O Brasil tem hoje reservas que montam a 15 bilhões de barris, o que daria para garantir o consumo interno por 30 anos. Descobriu o Campo de Roncador, na Bacia de Campos, que tem reservas avaliadas em mais de três bilhões de barris. Além de ser o maior campo brasileiro, Roncador tem um óleo de alta qualidade e valor comercial.

O país tem uma reserva crescente com possibilidade de chegar a 40 bilhões de barris. Enquanto isto os países do primeiro mundo não têm reservas e consomem 75% do petróleo produzido no mundo. O cartel internacional do petróleo detém menos de 4,5% das reservas mundiais e busca a todo custo obter reservas para sobreviver. Isto explica porque resolve tomar as reservas da América Latina.

Ed Ferreira

FHC: sinal verde para multis

Aqui estão cerca de 30% das reservas mundiais, não existem os conflitos do Oriente Médio mas há instituições extremamente vulneráveis. A Argentina teve a YPF privatizada, o México perdeu o controle de seu petróleo e a Venezuela está num processo acelerado de privatização, assim como o Peru, a Bolívia e o Brasil.

Wladimir Souza

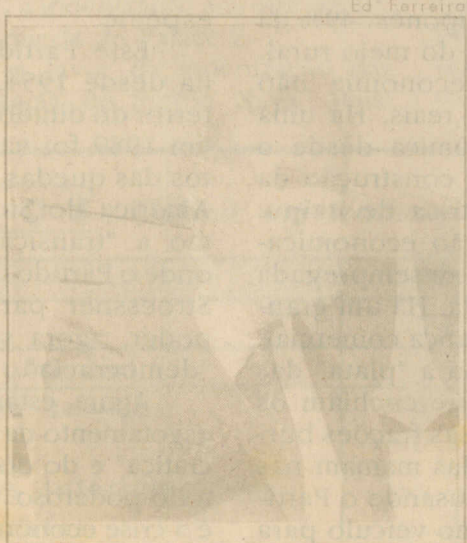
Refinaria da Petrobrás, em Cubatão

Agência Nacional começa desmonte

A lei de regulamentação do petróleo, recém aprovada, infringe a Constituição em pelo menos cinco artigos. O artigo 26 quebra efetivamente o monopólio. A concessionária que produzir será a proprietária desse petróleo. À União restará o monopólio da rocha vazia.

O artigo 60 permite a exportação. Logo, nossas reservas que hoje permitem a produção por 40 anos poderão ser reduzidas para menos de 10 anos. O Brasil não tem petróleo para exportar. Se tivesse seria um erro fazê-lo num momento em que os preços internacionais estão abaixo dos preços de antes da crise de 1973. É uma traição às gerações futuras exportar um bem tão estratégico deixando para elas a escassez no futuro, com preços muito mais altos.

Para ilustrar o jogo sujo que norteou as votações no Congresso acompanhadas pari-passu pelas multinacionais, reproduzimos o trecho do artigo de Eduardo Galeano, no jornal O Estado de S. Paulo de 11/01/98: "O escritor Ken Saro Wiwa, da tribo Ogoni na Nigéria denunciou o estrago da Shell no delta do Rio Niger num livro publicado em 1992. O que a Shell e a Chevron fizeram ao povo ogoni, às suas terras e aos seus rios, aos seus riachos, à sua atmosfera chega ao nível do genocídio. A alma do povo ogoni está morrendo e eu sou testemunha disso." No final de 1995 o governo ditatorial da Nigéria (apoiado pela Shell) enforcou Ken Saro Wiwa juntamente com outros oito ogonis que lutavam na mesma linha.

A criação da ANP, a verdadeira caixa-preta, é o começo do desmonte a ser feito na Petrobrás até ela ser privatizada. A ANP estrangulará a empresa até a sua privatização ser inevitável. Aliás é tudo feito exatamente como foi feito na YPF da Argentina. Os estrategistas são os mesmos: C.S. First Boston e Merril Linch. **(F.S.)**

Crise política pode adiar eleições presidenciais

Jonas Potiguar,
de Assunção

O Tribunal Militar do Paraguai condenou no último dia 9 de março o general Lino Oviedo a dez anos de cadeia pela tentativa de golpe militar em abril de 1996. Esta decisão deixa o Partido Colorado (maior do país) sem candidato presidencial há dois meses das eleições. Como consequência, o Partido Colorado pediu um adiamento de 60 dias do pleito marcado para 10 de maio. Enquanto isso, o presidente Carlos Wasmony, também do Partido Colorado mas inimigo político de Oviedo, articula uma manobra para apresentar um novo candidato pelo partido.

Mais há mais problemas: o candidato da oposição burguesa, Domingo Laino, do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), não aceita a prorrogação. O imperialismo norte-americano, europeu e os países do Mercosul também são contra o adiamento. Para se entender esse quebra cabeça político é necessário conhecer um pouco do que é o Partido Colorado e as frações burguesas que estão em choque no Paraguai.

O Partido Colorado tem 41% dos 2 milhões de eleitores paraguaios filiados ao partido e domina toda a cena política do país no último meio século. Há no seu interior três setores delimitados.

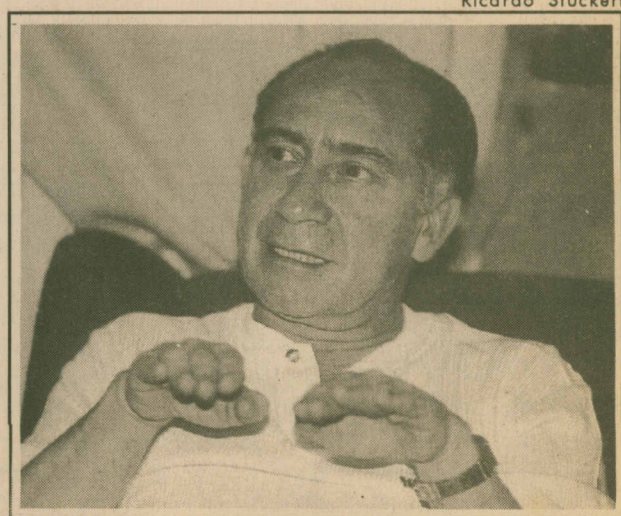
Carlos Wasmosy, atual presidente do país, eleito em 1993, e um dos beneficiários do *boom* de Itaipu (engenheiro e empresário cuja empresa participou da construção de Itaipu), encabeçou o projeto de um setor da burguesia para tomar as rédeas do Partido Colorado e convertê-lo em um instrumento pelo qual se viabiliza a aplicação do plano neoliberal. Por isso, foi apoiado pelo imperialismo e foi o grande defensor do Mercosul. Seu governo sofreu um grande desgaste junto à população. Seu candidato nas prévias internas do partido foi fragorosamente derrotado.

Outro setor, dirigido por Luis Argaña, atual presidente do partido, representa a continuidade do projeto de Partido-Estado: se apresenta como anti-neoliberal, contra o Mercosul, quer a predominância das obras do Estado à serviço das frações burguesas.

O terceiro setor é o *Oviedismo.* É a saída neoliberal com mão de ferro. Defende o modelo pinochetista, inclusive com a utilização de bandos paramilitares armados. A base social do seu movimento é composta de militares, policiais e desclassados. É um setor ligado à máfia da fronteira e ao narcotráfico. Tem apoio importante de setores dos trabalhadores e dos camponeses, principalmente os mais pobres. Se constituiu como um fenômeno político de massas, capitalizando o descontentamento anti-governamental. Com um discurso contra a roubalheira, a corrupção e por um governo forte, incluindo uma retórica anti-neoliberal, Oviedo conseguiu derrotar o aparato do Partido Colorado e o governo, vencendo as prévias internas.

O motivo fundamental da prisão de Oviedo é que os principais setores burgueses do país, o poder Executivo, a cúpula das Forças Armadas, a igreja e fundamentalmente o imperialismo, não necessitam ainda de um regime ditatorial para garantir a dominação burguesa. Além disso, Oviedo é totalmente imprevisível.

Com a condenação de Oviedo, ocorreu uma aliança entre Argaña-Wasmosy para recompor o Partido Colorado com a perspsectiva de apresentar uma chapa composta por Argaña para presidente com um vice da turma de Wasmosy.

Ricardo Stuckert

Acima Oviedo, abaixo Argaña e Wasmosy: Partido Colorado dividido às vésperas das eleições

Perfil do país

Nome:	Rep. do Paraguai
Área:	406.752 km²
População:	5,1 milhões
PIB:	US$ 7,83 bilhões
Regime:	República presidencialista

Aliança democrática é alternativa burguesa

A oposição burguesa participa do processo eleitoral com a aliança entre Laíno (PLRA) e Filizola (antigo presidente da CUT do Paraguai e ex-prefeito de Assunção). O PLRA tem uma importante influência no país. Há anos atrás fez um "pacto de governabilidade" com o governo Wasmosy. Aí se fechou um acordo onde coube ao PLRA a maioria do poder judiciário, a maioria da justiça eleitoral, 50% mais um dos senadores e deputados, além de governar importantes estados do país.

A "Aliança Democrática" é a alternativa de mudança que tem o imperialismo, perante a crise do Partido Colorado. Os seus principais eixos programáticos são a "defesa do processo democrático" (e das eleições em 10 de maio), atrair investimentos externos, acabar com a corrupção e a "pirataria"; privatizações e reforma do estado

O imperialismo tem atuado com o eixo de "preservar a democracia". Estados Unidos, Europa e os países do Mercosul têm defendido a manutenção das eleições em 10 de maio, porque não vêem garantias no Partido Colorado e começam a ir para o lado de Laíno-Filizola. Isto não descarta uma negociação "constitucional" para o adiamento das eleições por alguns meses. (J.P.)

"Transição democrática" está chegando ao fim

O Paraguai é um país com grande peso camponês. 49% da sua população é do meio rural. Desde 1982 a economia não cresce em cifras reais. Há uma depressão econômica desde o fim do *boom* da construção da grande hidroelétrica de Itaipu. 20% da população economicamente ativa está desempregada ou subempregada. Há um grande déficit da balança comercial. Em suma, acabou a "plata" das grandes obras que enchiam os bolsos das diversas frações burguesas. Todas elas mamam nas tetas do Estado, usando o Partido Colorado como veículo para a distribuição das fatias de poder: a direção das instituições e estatais, os cargos públicos e o dinheiro, em grande parte vindo de contrabandistas, narcotraficantes e larápios de toda espécie.

Este Partido-Estado governa desde 1954. Primeiro sob o terror do ditador Stroessner, que em 1989 foi varrido pelos ventos das quedas das ditaduras na América do Sul. Iniciou-se então a "transição democrática", onde o Partido Colorado derruba Stroessner para continuar no poder, agora sob o regime da "democracia".

Agora, estamos assistindo ao esgotamento da "transição democrática" e do domínio do partido todo-poderoso. O pano de fundo é a crise econômica sem saída do país. A conjunção dessas duas crises (econômica e institucional) se reflete na crescente divisão das filas burguesas em projetos diferentes. **(J.P.)**

Frente eleitoral tem adesão de dirigentes das lutas

Trabalhadores têm alternativa classista

O movimento operário e camponês esteve em uma relativa "calma" durante o ano de 1997, em uma situação de refluxo, como espectador passivo, arrastado pela força da conjuntura eleitoral que domina o país há mais de um ano. Esta situação começa a mudar com o aprofundamento das divisões no interior da burguesia, principalmente no início de 1998.

Já perdura uma greve muito forte dos rodoviários da Linha 34 de Assunção, exigindo o cumprimento dos direitos trabalhistas e a jornada de 8 horas, que não são cumpridos pela patronal. Esta greve, com piquetes radicalizados contra os fura-greves, levou a que a justiça prendesse os principais líderes do movimento e o presidente da CNT, central sindical que dirige os principais sindicatos de rodoviários. Em alguns dias eles foram libertados. Para o dia 12 de março foi convocada uma greve nacional dos rodoviários que teve a adesão de 95% nas áreas metropolitanas e 80% no interior do país.

A CUT e a CNT estão convocando uma greve geral no dia 25 de março, reivindicando centralmente 15% de aumento salarial. Os camponeses organizavam uma *marcha campesina* sobre Assunção para o dia 18 de março, onde pretendiam reunir milhares contra a política neoliberal, por reforma agrária, emprego, saúde e educação.

Também no terreno eleitoral os trabalhadores e os camponeses iniciaram a apresentação de uma alternativa de classe contra as opções burguesas. O **Partido dos Trabalhadores (PT)**, partido simpatizante da **Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT)**, apresentou a proposta de construção do Movimento Independente dos Trabalhadores (MIT). Hoje, o MIT já está inscrito eleitoralmente (eram necessárias por volta de 6 mil assinaturas para legalizá-lo) nos principais estados do país.

Arquivo

Movimento camponês organiza marcha por reforma agrária

Já conta com um peso forte no movimento camponês, onde os principais líderes de assentamentos e ocupações são candidatos. Recentemente, aderiram ao MIT o presidente da CUT, Alan Flores, os principais dirigentes da greve dos rodoviários e o presidente da outra central sindical, a CNT.

O MIT pode se converter em uma alternativa importante para agrupar os ativistas operários e camponeses e os setores insatisfeitos da base operária e camponesa que são filiados aos partidos burgueses. Mas mantendo-se as eleições para o dia 10 de maio, o MIT não poderá apresentar candidato à presidência. A alternativa seria a de chamar o voto nulo para a chapa presidencial. No caso de um adiamento das eleições, o MIT discutirá a possibilidade de lançar candidatos majoritários.

Vale destacar ainda que o PT está defendendo uma Assembléia Nacional Constituinte que discuta toda ordem econômica, social e política do país. Nesta luta pela Assembléia Nacional Constituinte, o PT lutará por um programa anti-capitalista que ataque os problemas de fundo do país, começando pela questão agrária com a defesa do confisco e nacionalização das grandes propriedades. O programa defende também a nacionalização dos bancos e financeiras e das grandes agro-exportadoras; e coloca ainda a ruptura com o imperialismo e com o Mercosul. **(J.P.)**

Mercosul destrói o Paraguai

É impossível o desenvolvimento (para não dizer a resolução dos seus problemas econômicos e sociais de fundo) de um país semi-colonial, do terceiro mundo, sem uma ruptura completa com o imperialismo. Mas o Mercosul tão pouco é uma alternativa para solucionar os problemas do Paraguai. Pelo contrário, o Brasil e a Argentina são imperialistas em relação ao Paraguai. A entrada de produtos destes países é uma verdadeira ocupação. Há uma verdadeira invasão de brasileiros comprando terras fronteiriças, constituindo comunidades que só falam o português (nesta área, os camponeses falam o guarani e entendem mais o português que o espanhol).

O PIB paraguaio representa 1% do PIB brasileiro e 2% do PIB argentino, aproximadamente. Estes dois países determinam as decisões do Mercosul. Por exemplo, recentemente decidiram unilateralmente um aumento das taxas alfandegárias para a entrada de produtos externos ao Mercosul. O Paraguai teve que sujeitar-se, apesar de prejudicar sua economia já que 25% do PIB é originário da venda de importados, que vêm de áreas externas ao Mercosul.

O Paraguai é o "país prioritário" na lista negra dos Estados Unidos para sanções comerciais por não dar "proteção adequada" aos "direitos de propriedade". Atado as cadeias do Mercosul e do imperialismo, o destino do Paraguai é ser um país de quinta categoria e "quintal" do Brasil. (J.P.)

Protestos contra Pinochet no Chile

Clara Paulino,
da redação

No final da primeira quinzena de fevereiro, o ditador chileno Augusto Pinochet Ugarte deixou o cargo de comandante-chefe do Exército do seu país, que ocupou por 25 anos, 17 deles também como presidente da República, para assumir uma cadeira vitalícia no Senado. Este fato provocou manifestações de trabalhadores e estudantes em várias regiões do Chile. Os atos de protesto foram considerados os maiores desta década e também os mais violentamente reprimidos pela polícia. Os manifestantes exigiam a saída de Pinochet do cenário político e sua punição pelos crimes cometidos.

Manobras vitalícias

Pinochet chegou a presidência do Chile em 1973, através de um golpe militar, governou o país até 1990 e foi o responsável direto pelo regime de terror que imperou no país. Cerca de 3 mil opositores a seu governo foram assassinados nesse período. Em 1980, o ditador fez incluir na Constituição chilena o cargo de senador vitalício para quem tenha exercido a presidência da República por mais de seis anos.

As diversas marchas de protestos contra Pinochet foram organizadas pelas Associações de Desaparecidos Políticos, pela Confederação dos Estudantes e pela CUT chilena. Cerca de 4 mil manifestantes ocuparam às ruas de Santiago e Valparaíso gritando "assassino".

"Assassino e senador"

Durante dois dias, as praças e ruas dessas cidades foram transformadas em campos de guerra. Em frente ao Congresso, os manifestantes gritavam "que vergonha, que horror, assassino e senador". A polícia usou jatos de água, gás lacrimogêneo e tanques do Exército para acabar com os protestos. O resultado da repressão militar foi de pelo menos 30 manifestantes feridos e outros 580 detidos.

Já dentro do parlamento, Pinochet foi repudiado até pelos deputados de centro-esquerda que, durante 15 minutos, exibiram cartazes com fotos de desaparecidos e mortos durante o regime militar.

Os trabalhadores chilenos demonstraram nas ruas que não esqueceram o passado, nem os crimes da ditadura militar.

Fazenda ocupada é desapropriada no Pará

Gilberto Marques,
de Belém (PA)

Depois de um ano e meio de ocupação, os trabalhadores conseguiram a desapropriação da fazenda Marathon, localizada no município de São Francisco do Pará. A fazenda era de propriedade da Paracrevea S.A., uma subsidiária da multinacional Goodyear. A desapropriação da primeira parte da fazenda foi assinada pelo ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, no dia 20 de dezembro de 1997 e a segunda parte no final de janeiro de 1998.

A ocupação da fazenda, hoje Projeto Cooperado Luiz Lopes Sobrinho em homenagem a um trabalhador do município, ocorreu em 23 de maio de 1996. Os trabalhadores decidiram por esta forma de luta depois de meses de salários atrasados, demissões e da tentativa de desmontar o projeto agroindustrial de produção de borracha natural.

Aos poucos a mobilização foi se fortalecendo, recebendo adesões de novos trabalhadores da região e o apoio de várias categorias da capital Belém e outros municípios.

Com o esforço coletivo, a produção de borracha foi retomada e iniciou-se o plantio de várias culturas. Atos, manifestações e negociações junto ao Incra em Belém e ao Ministério da Reforma Agrária em Brasília foram os meios utilizados pelo movimento para conseguir a desapropriação.

A notícia da desapropriação foi recebida com festa pelos trabalhadores. Eles agora estão esperando a imissão de posse pelo Incra e a liberação de recursos para tocar os projetos que estão em elaboração ou em implementação. Para isso, prometem continuar com a mesma pressão que levou à desapropriação.

Para José Galvão, membro do comando da ocupação e da direção nacional do **PSTU**, *"a desapropriação da fazenda Marathon representa uma grande vitória dos trabalhadores, não apenas os da ocupação, mas dos demais trabalhadores rurais e da cidade. Nós estamos mostrando que unidos, com mobilização e organização é possível fazer a reforma agrária neste país"*.

Paulinho Almeida

Fazenda Marathon. No destaque, Galvão

Da ocupação à desapropriação

23/5/96	— Ocupação seguida de resistência à polícia.
30/5/96	— Assembléia decidiu controlar todas as partes do projeto; expulsar os representantes da empresa e reiniciar a produção.
6/96	— No Grito da Terra, uma delegação foi a Belém forçando a inclusão da ocupação na pauta de discussões com o Incra.
9/96	— Ocupação do Fórum de Castanhal.
2/6/97	— Ocupação por três dias do Incra em Belém.
25/7/97	— Ato em São Francisco no Dia do Trabalhador Rural.
30/7/97	— Ocupação da Câmara de São Francisco.
10/12/97	— Ocupação por dois dias do Incra em Belém.
20/12/97	— Assinatura da desapropriação pelo Ministério da Reforma Agrária.

PSTU
jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92